

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2007

(Do Sr. Deputado Geraldo Thadeu)

Requer a realização de Seminário sobre a situação da Defensoria Pública no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 24, inciso XIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizado Seminário “ A situação da Defensoria Pública no Brasil”.

Como proposta, em anexo, de nomes apresentamos: Dr. Eduardo Flores – Defensor Público Geral da União; Sr. Roberto Freire – primeiro signatário da PEC nº 487 ;Dr. Alisson Wander Paixão, Defensor Público de Minas Gerais; Dr. Clóvis Pinheiro da Silva, Defensor Público da União/Rio de Janeiro; Dr. Davi Eduardo Depine Filho, Defensor Público de São Paulo; Dr. Pedro Abromovai – Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

JUSTIFICATIVA

A Defensoria Pública foi criada pela Constituição de 1988 para prestar assistência aos mais pobres, mas ainda hoje apresenta deficit. O Brasil tem um defensor público estadual para cada 83.222 habitantes e um defensor público federal para cada 129.196 habitantes.

O Sistema de Defensoria Pública que garante apoio jurídico e defesa gratuita para quem não tem condições de pagar um advogado tem crescido menos nas regiões do Brasil onde os indicadores sociais são piores e onde a presença da instituição já era menor.

Um dos instrumentos mais importantes para se galgar à inclusão social é o pleno acesso à Justiça, direito fundamental. Segundo dados do IBGE existem aproximadamente noventa milhões de brasileiros vivendo com apenas dois salários mínimos, pessoas que desconhecem seus direitos, não possuem condições financeiras de se fazerem representadas judicial e extrajudicialmente.

Nos estados de mais baixo IDH-M (índice de desenvolvimento humano municipal) o número de comarcas que dispõem de defensores públicos cresceu 9,7% entre 2003 e 2005. Nas unidades da Federação que tem melhor índice, a expansão superou os 20%.

Os dados acima relatados estão no Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, um estudo lançado pelo Ministério da Justiça e feito com apoio do PNUD. O texto traz informações como perfil dos defensores públicos brasileiros, número de atendimentos e a produtividade da Defensoria Pública em 2005.

Segundo diagnóstico os serviços prestados pela Defensoria Pública ainda não chegam ao público-alvo da instituição porque apenas 39,7% das comarcas e sessões judiciárias (unidades de atendimento ao judiciário) oferecem atendimento à população. As despesas da Defensoria Pública representam 0,24% das despesas totais dos Estados.

Sala de Reuniões, de junho de 2007

Deputado Geraldo Thadeu
PPS/MG

PROPOSTA DO SEMINÁRIO
“ A DEFENSORIA PÚBLICA NO BRASIL”

Manhã:

A Situação da Defensoria Pública no Brasil e a PEC 487/2005.

- Dr. Eduardo Flores – Defensor Público Geral da União
- Roberto Freire – primeiro signatário da PEC 487
- Dr. Pedro Abromovai - Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça

Tarde:

A Defensoria Pública : estruturação, melhoria do atendimento, orçamento e redução do gasto público.

- Dr. Alisson Wander Paixão, Defensor Público da União/ Minas Gerais
- Dr. Clóvis Pinheiro da Silva, Defensor Público da União/Rio de Janeiro;
- Dr. Davi Eduardo Depine Filho, Defensor Público de São Paulo;